

21/07/2010

[Vião da dívida, BNDES é turbinado](#)

[Governo libera R\\$ 2,5 bilhões para ministérios](#)

[Petros vai participar da capitalização da Petrobras](#)

[Regra de tecnologia do trem-bala fica mais flexível](#)

[Desafios para a TI na Copa de 2014](#)

[Consórcio vai disputar negócios](#)

[País precisa de R\\$ 21 bi para sediar a Copa](#)

[Saneamento valoriza imóvel em até 18%, indica estudo](#)

[Odebrecht acelera projeto de R\\$ 2 bi em Pernambuco para atender procura](#)

[Logística](#)

[Siderúrgicas iniciam uma nova rodada de reajustes](#)

[Fornecedores buscam espaço em Belo Monte](#)

[Criação de parque pode inviabilizar projeto da Vale](#)

[Volume transportado pela ALL cresce 4,5%](#)

[Obra recomeça em agosto](#)

[Produção mundial de aço cresce 18% em junho e 28% no 1º semestre](#)

[Entidade pede que Ministério Público do Estado verifique processo de licenciamento da OSX](#)

[Indústria nacional terá prioridade em licitação](#)

[Bird libera parcela de US\\$ 450 mi ao Estado](#)

[Porto do Recife começa a mudar](#)

[Presidente da Valec afirma que até o final do ano a Ferrovia pode já estar em Lucas do Rio Verde](#)

[Parceria com o porto de Valência possibilita realização de curso inédito no Brasil](#)

[Infraero entrega novo terminal](#)

[Aeroporto de Londrina pode ser ampliado](#)

O Globo

21 de julho

Vilão da dívida, BNDES é turbinado

Depois que a capitalização do BNDES virou a vilã do aumento da dívida pública, o governo busca novas formas de continuar reforçando o caixa do banco para financiar grandes obras. O BNDES poderá emitir debêntures e estuda-se a redução do compulsório para que bancos permaneçam emprestando fortemente para compra de imóveis.

Governo estuda medidas para ampliar capacidade de empréstimo do banco

Preocupado com a capacidade do BNDES de financiar grandes projetos de infraestrutura nos próximos anos, o governo busca medidas para aumentar o fôlego do banco de fomento e, ao mesmo tempo, estimular instituições financeiras privadas a entrarem nesses empreendimentos. A preocupação do governo é com os grandes projetos que estão no horizonte do Brasil, como as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Por isso, a equipe econômica estuda fazer com que o BNDES emita debêntures no mercado. Esse tipo de instrumento foi liberado inicialmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para os bancos privados, que passaram a poder emitir Letras Financeiras (LFs) - um papel de longo prazo. A ideia é que ele também seja usado pelo banco de fomento.

Bancos privados devem ter incentivos

Além de tentar dar mais fôlego ao BNDES, a equipe econômica estuda a possibilidade de dar incentivos tributários a instituições financeiras que emitirem debêntures atreladas a projetos específicos na área de infraestrutura. Uma ideia é reduzir o Imposto de Renda (IR) que incide sobre esses títulos de longo prazo, para estimular o setor privado a entrar nesses empreendimentos.

No ano passado, o BNDES fez desembolsos de R\$137,4 bilhões, o que só foi possível graças a uma capitalização que o Tesouro Nacional fez na instituição. No início de 2009, em função da crise financeira internacional e da retração do mercado de crédito, o Tesouro capitalizou o BNDES em R\$100 bilhões, valor que foi reforçado em mais R\$80 bilhões este ano.

O problema é que o mecanismo encontrado pelo governo até agora para aumentar o poder de fogo do BNDES - a capitalização por parte do Tesouro - tem um efeito colateral indesejado: o aumento da dívida pública bruta do país. Essa estratégia, que aumentou em quase R\$200 bilhões o potencial de empréstimos do BNDES, fez com que a equipe econômica virasse alvo de críticas de economistas.

Para tentar minimizar esse quadro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, quer incentivar os bancos privados a fazerem cada vez mais o papel de financiadores.

A dívida pública bruta do país, que era de R\$1,74 trilhão em 2008, deve fechar este ano em R\$2,20 trilhões, o equivalente a 64,4% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e riquezas produzidos pelo país ao longo de um ano).

- Essa medida (capitalização) não pode ser uma solução permanente. Temos que encontrar novos caminhos a partir de 2011 - admitiu um técnico da área econômica.

Embora o objetivo da capitalização do BNDES tenha sido promover os investimentos na crise, os economistas alegam que tem um custo elevado. Os recursos que o Tesouro injetou no banco têm custo de captação maior (com base na taxa básica de juros Selic, hoje em 10,25% ao ano) do que a remuneração que será paga pela instituição (baseada na TJLP, atualmente em 6% ao ano).

Numa operação já esperada por analistas do mercado, o BNDES informou ontem que vai subscrever até 100% da emissão de R\$2,5 bilhões em debêntures conversíveis em ações ordinárias da Marfrig Alimentos. Para analistas, a leitura é positiva, pois se trata

de um setor estratégico para o banco - com participações na Marfrig e na Bertin/JBS. Os recursos vão ajudar a gigante brasileira da carne a concluir a compra da americana Keystone Foods.

- O BNDES é uma garantia firme para os investidores e, com isso, a Marfrig garante recursos para as aquisições - disse Luciana Leocadio, analista da Ativa Corretora.

[<volta>](#)

O Estado de S. Paulo

21 de julho

Governo libera R\$ 2,5 bilhões para ministérios

A dois meses das eleições, governo abre torneira de gastos e põe em dúvida sua capacidade de garantir a meta fiscal para o ano

A pouco mais de dois meses das eleições, o governo federal decidiu abrir o cofres e liberar R\$ 2,54 bilhões do orçamento para gastos dos ministérios. Boa parte dessa fatura será bancada pela redução de R\$ 1,66 bilhão dos repasses previstos para Estados e municípios, conforme o terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas elaborado pelo **Ministério do Planejamento**.

Com repasses menores, sobra mais dinheiro para o governo federal colocar em suas obras.

Essa liberação vai na direção contrária do que foi feito há dois meses, quando o governo cortou R\$ 7,6 bilhões das despesas previstas, justificando com a necessidade de conter a demanda interna e minorar a alta de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). Desta vez, nem iminente reunião do Copom, que deve subir os juros hoje, causou constrangimento no governo.

Além de diminuir os repasses para Estados e municípios, a folga adicional é explicada pela redução da previsão do déficit da Previdência Social para o ano. A estimativa de saldo negativo caiu R\$ 1,59 bilhão, passando de R\$ 47,29 bilhões para R\$ 45,69 bilhões, mesmo com a concessão de um aumento de 7,72% dos benefícios previdenciários acima do salário mínimo.

Crescimento. A equipe do **Ministério do Planejamento** guardou mais R\$ 806,7 milhões para compor o superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida), cuja meta é de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso porque, com a projeção de crescimento econômico maior (passou de 5,5% para 6,5%) para este ano, o valor nominal da meta ficou maior.

Na avaliação do **Planejamento**, a diminuição de repasse para Estados e municípios mais que compensou a perda de R\$ 931,1 milhões de arrecadação com receitas administradas previstas para este ano. A menor estimativa se deve basicamente à

arrecadação abaixo do esperado em maio e junho. Nesse período, houve queda no recolhimento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de Imposto de Renda (IR), de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Combustíveis (Cide-Combustíveis), em relação ao que estava programado pelo governo.

A liberação para gastar favorece a tese de analistas de que o governo não conseguirá cumprir a meta de superávit primário sem utilizar os abatimentos previstos. Mas, na visão deles, não mudará o rumo decisão sobre os juros pelo Copom. Um dos que não acredita que o governo chegará em 3,3% de resultado primário, o economista-sênior do BES Investimento, Flávio Serrano, ficou surpreso. "É importante um controle efetivo de gastos. Nos últimos meses a execução tem sido ruim e o aumento das despesas, coberto com a arrecadação", afirmou Serrano.

Na avaliação do economista Felipe Salto, da consultoria Tendências, o governo fez apenas um remanejamento dos gastos para possibilitar desbloqueio de recursos para os ministérios. "Essa mudança não sinaliza grandes mudanças", afirmou Salto, outro cético sobre o rigor fiscal. Segundo ele, a necessidade de permitir um aumento dos gastos para custeio pelos ministérios é que forçou o governo a fazer um remanejamento contábil para conseguir recursos adicionais. O economista mantém a previsão de que a equipe econômica só cumprirá a meta de superávit primário fazendo abatimento dos investimentos. "Depois do contingenciamento, o governo está voltando a liberar os recursos parcialmente. Não são despesas novas", comentou.

Afrouxamento fiscal

R\$ 2,54 bi É o valor do orçamento liberado para gastos de ministérios

R\$ 1,6 bi Serão bancados com corte de repasses de Estados e Municípios

R\$ 7,6 bi foi o valor do último corte de gastos para conter a demanda

[<volta>](#)

O Estado de S. Paulo

21 de julho

Petros vai participar da capitalização da Petrobras

Fundo de pensão dos empregados da estatal também estuda entrar na licitação do trem-bala

O Fundo de Pensão dos funcionários da Petrobrás (Petros) pode e quer participar da capitalização da estatal, segundo afirmou à Agência Estado o diretor de investimentos do fundo de pensão estatal, Luís Afonso.

Mas Afonso diz que o interesse do fundo não para aí: a Petros também está avaliando investimentos em projetos ligados à cadeia produtiva do pré-sal, inclusive a possibilidade de virar sócio de empresas que construirão as 28 sondas encomendadas pela Petrobrás e cujo processo licitatório termina neste mês. As encomendas têm um custo total avaliado em US\$ 22 bilhões.

"Temos interesse na capitalização, estamos concretamente desenvolvendo parcerias para aproveitar os investimentos que surgiram com o pré-sal, desde sondas, navios, estaleiros, portos", disse. "As sondas, por exemplo, estamos estudando. Estamos fazendo um trabalho para avaliar entrar como sócios das empresas que vão construí-las."

Uma das possibilidades estudadas pela Petros para as sondas seria usar o modelo de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) que a organização já utiliza em investimentos de infraestrutura, transporte e energia. Luís Afonso não informou os valores dos possíveis aportes para as sondas e para o processo de capitalização, o que ainda depende dos estudos.

No entanto, nesse último caso, o diretor lembrou que o fundo tem um limite legal de 10% dos recursos de cada plano de benefícios para investir numa mesma companhia, como a Petrobrás. Hoje, esse percentual está em 2,8%. No total, a Petros tem 0,40% de participação na Petrobrás, com R\$ 1,3 bilhão em ações da empresa. "Temos espaço dentro do limite legal para isso (participar da capitalização) e temos interesse de fazê-lo", afirmou.

Afonso explicou que os investimentos em infraestrutura fazem parte de um movimento para aumentar o portfólio em renda variável, em detrimento da participação da renda fixa, como os títulos do Tesouro que tem na carteira - uma tendência que ele considera natural diante do cenário de redução de juros no país.

De dezembro de 2003 a março de 2010, a parcela dos investimentos em renda fixa na carteira da Petros caiu de 71% para 61%. No mesmo período, a carteira de renda variável (nessa conta entram investimentos o da Petrobrás) pulou de 20,5% para 28,6%.

Ele afirma que a Petros pretende aumentar sua participação em empresas como acionista e via FIPs. Um exemplo desse movimento é o investimento de R\$ 650 milhões na Hidrelétrica de Belo Monte, projeto no qual a Petros entrou com um consórcio.

Outro projeto na mira do fundo é o trem-bala. O fundo mantém conversas com potenciais investidores e vai usar a expertise acumulada com a Invepar (empresa de transportes e logísticas da qual participa com outros fundos de pensão e a construtora OAS) para avaliar o projeto.

Oportunidade

LUÍS AFONSO DIRETOR DE INVESTIMENTOS
DO PETROS

"Temos interesse na capitalização, estamos concretamente desenvolvendo parcerias para aproveitar os investimentos que surgiram com o pré-sal, desde sondas, navios, estaleiros, portos."

"As sondas, por exemplo, estamos estudando. Estamos fazendo um trabalho para avaliar entrar como sócios das empresas que vão construí-las."

[<volta>](#)

O Estado de S. Paulo

21 de julho

Regra de tecnologia do trem-bala fica mais flexível

Para atrair investidores, governo flexibiliza as regras e exclui trilhos, manutenção e operação do acordo tecnológico

Para atrair os interessados no Trem de Alta Velocidade (TAV), o governo brasileiro aceitou flexibilizar algumas exigências no que diz respeito à transferência tecnológica.

Uma das grandes mudanças é que agora a transmissão dos conhecimentos do concessionário ficará centrada no material rodante, sistema de eletrificação, de controle da rede de trens e projetos integrados de engenharia.

A infraestrutura de trilhos, por exemplo, ficou de fora, assim como operação e manutenção do trem. "Antes, a transferência englobava a totalidade dos módulos do TAV, era de fio a pavio", afirmou à Agência Estado o superintendente-executivo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Hélio Mauro França.

"Procuramos fazer ajustes que os próprios competidores entendiam como razoáveis", explicou França. No mercado ferroviário, poucos executivos tomaram conhecimento dessas mudanças.

Remuneração. Outra novidade é que o provedor das tecnologias dos módulos do TAV poderá cobrar ou exigir royalties quando repassar seu conhecimento a terceiros. Antes, de acordo com França, não havia a possibilidade de remuneração.

Esse é um ponto favorável às detentoras das tecnologias para o TAV brasileiro, pois não haverá restrição à venda de bens ou serviços, inclusive a sistemas ferroviários de outros países.

No contrato entre o detentor e o receptor da tecnologia serão estabelecidas condições para o pagamento e critérios para a venda de produtos.

A Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav), estatal que será criada

para o projeto do trem-bala e será sócia do empreendimento, também terá a liberdade de sublicenciar a tecnologia do trem-bala.

Conforme o superintendente da ANTT, se a Etav decidir cobrar pelo sublicenciamento a agentes locais ou terceiros, o provedor da tecnologia terá direito a 20% da receita líquida auferida com a operação.

"Haverá a obrigatoriedade de o concessionário fornecer a tecnologia e a Etav vai monitorar todas as especificações técnicas. As relações comerciais entre o fornecedor e a empresa que vai receber essa tecnologia serão passíveis de remuneração", explicou França.

[<volta>](#)

O Valor Econômico

21 de julho

Desafios para a TI na Copa de 2014

A comunicação é considerada a joia da coroa nos gastos com infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. As redes de dados e telecomunicações devem ser capazes de suportar serviços de informações, monitoramento de segurança nas cidades e o tráfego extra trazido pelos milhares de turistas. Dos investimentos diretos e indiretos de R\$ 142 bilhões previstos só para a Copa, tecnologia da informação (TI) e telecomunicações devem responder por R\$ 21,3 bilhões.

Falta tudo para a Copa de 2014, segundo a Federação Internacional de Futebol (Fifa), e não é diferente para as Olimpíadas de 2016. Houve certa condescendência internacional pelas falhas ocorridas na última Copa na África do Sul, por ser um país pobre, carente de infraestrutura e apresentar graves problemas de segurança. O Brasil, no entanto, será mais cobrado pelo que apresentar aos milhares de turistas esperados para esses eventos e sobre o legado deixado para as cidades que sediarão os jogos.

A comunicação é considerada a joia da coroa nos gastos com infraestrutura entre 2014 e 2016. "Entendo que a candidatura do Brasil para a Copa e Olimpíada tem como objetivo dar um salto de qualidade em serviços", afirma o presidente da NEC no Brasil, Herberto Yamamuro. As redes de dados e telecomunicações devem ser capazes de suportar serviços de informações, monitoramento de segurança nas cidades e o tráfego extra trazido pelos milhares de turistas.

Só para a Copa estão previstos investimentos diretos e indiretos de R\$ 142 bilhões, sendo que tecnologia da informação (TI) e telecomunicações devem responder por R\$ 21,3 bilhões. "Nesse montante as comunicações devem representar em torno de R\$ 1,5 bilhão", afirma o executivo.

A demanda por velocidade e capacidade das redes deve apressar a evolução da tecnologia da terceira para a quarta geração de telefonia celular. "Em 2014 os turistas vão desembarcar no Brasil com terminais 4G e nossas redes terão que suportar essa nova tecnologia", prevê Aluizio Byrro, presidente da Nokia Siemens. Para ele, o país está atrasado, por exemplo, na destinação de faixas de frequência que permitirão expandir a capacidade da banda larga móvel. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não informa quando serão os próximos leilões ou a regulamentação para as operadoras móveis virtuais (MVNOs) que podem reforçar a infraestrutura de telefonia móvel.

O presidente da Telefônica, Antonio Carlos Valente, acredita que os investimentos que o setor já faz todos os anos serão suficientes para suprir a demanda da Copa. "Diferentemente de outras áreas de infraestrutura onde existem questões mais sérias, não vejo nenhuma preocupação maior para as telecomunicações", afirma o executivo. Ele destaca alguns pontos que deverão receber maior atenção, como espaço para entrevistas coletivas, centros de imprensa e a questão do roaming (conectividade de telefonia móvel quando o usuário está viajando) e o fortalecimento das redes de dados para suportar a demanda entre os meses de junho e julho.

"Cidades como Rio, São Paulo e Brasília já estão bem cobertas no quesito banda larga e comunicações com e sem fio", afirma o presidente da Alcatel-Lucent, Jonio Foigel.

Yamamuro, da NEC, diz que os pedidos do setor público em toda a América Latina à sua empresa hoje equivalem a US\$ 30 milhões, valor que deverá subir para US\$ 200 milhões até 2012, a maior parte no Brasil.

A necessidade de alta velocidade na banda larga deve elevar a demanda por cabos ópticos. O presidente da Furukawa, Foad Shaukhzadeh, estima um salto nas encomendas que já estão aquecidas por conta da infraestrutura de telefonia celular 3G. Os novos estádios vão demandar monitoramento de segurança, redes de alta velocidade para transporte de imagem, além de sistemas de controle do tráfego nas cidades. "As redes de fibras ópticas são os pilares da infraestrutura da TV de alta definição, que estará mais massificada em 2014", diz Shaukhzadeh. O executivo reforça, no entanto, que as encomendas efetivas para essa demanda só devem ocorrer em 12 meses.

[<volta>](#)

O Valor Econômico

21 de julho

Consórcio vai disputar negócios

Com experiência de integração de sistemas na África do Sul, a Dimension Data, recentemente adquirida pela japonesa NTT, está formando um consórcio para atuar na Copa brasileira. Emerson Murakami, executivo-chefe de operações no Brasil, explica que a companhia foi responsável por seis dos dez estádios da Copa da África do Sul.

Lá, a companhia implantou salas de controle de segurança, 600 quilômetros de cabos de comunicação, 450 telefones fixos e 250 câmeras, tudo interligado por uma rede com protocolo de internet (IP), sensores de movimento nos camarotes para economia de energia e catracas eletrônicas. Uma sala de controle com apenas duas pessoas monitora toda essa infraestrutura, explica Murakami. Com o fim da Copa, o governo africano estuda o uso dos estádios para shows e eventos culturais. "No Brasil, só o calendário futebolístico já compensa o investimento", diz o executivo.

Na África, a Dimension Data trabalhou com um consórcio de empresas como a Schneider Eletric, GE e Emerson para automação, controle de acesso e sistemas de energia. Uma das experiências mais interessantes geridas pela Dimension Data no continente africano, segundo Murakami, foi a implantação de um sistema de controle de acesso nos aeroportos. Câmeras ligadas por redes IP foram instaladas nas alfândegas captando automaticamente imagens dos turistas recém-chegados. Esse banco de dados era enviado aos estádios para controle dos imigrantes ou identificação imediata de qualquer indivíduo, podendo bloquear sua entrada nos estádios em caso de tumulto.

A T-Systems, do grupo Deutsche Telekom, também quer trazer sua experiência de integradora na Copa da Alemanha de 2006 para os próximos eventos no Brasil. "Ainda há poucas definições sobre as especificações dos estádios e as comunicações que eles vão demandar", afirma Airton Passarelli, vice-presidente de vendas da companhia. A aposta de sua direção está nos investimentos privados. Neste sentido, a T-Systems participa de um road-show por cidades brasileiras para apresentar às associações de lojistas soluções de transmissão de imagens em alta definição, acesso à internet, centro de mídia, sistema de gerenciamento de tráfego e pagamento remoto.

[<volta>](#)

O Valor Econômico

21 de julho

País precisa de R\$ 21 bi para sediar a Copa

Falta tudo para a Copa de 2014, segundo a Federação Internacional de Futebol (Fifa), e não é diferente para as Olimpíadas de 2016. Houve certa condescendência internacional pelas falhas ocorridas na última Copa na África do Sul, por ser um país pobre, carente de infraestrutura e apresentar graves problemas de segurança. O Brasil, no entanto, será mais cobrado pelo que apresentar aos milhares de turistas esperados para esses eventos e sobre o legado deixado para as cidades que sediarão os jogos.

A comunicação é considerada a joia da coroa nos gastos com infraestrutura entre 2014 e 2016. "Entendo que a candidatura do Brasil para a Copa e Olimpíada tem como objetivo dar um salto de qualidade em serviços", afirma o presidente da NEC no Brasil, Herberto Yamamuro. As redes de dados e telecomunicações devem ser capazes de

suportar serviços de informações, monitoramento de segurança nas cidades e o tráfego extra trazido pelos milhares de turistas.

Só para a Copa estão previstos investimentos diretos e indiretos de R\$ 142 bilhões, sendo que tecnologia da informação (TI) e telecomunicações devem responder por R\$ 21,3 bilhões. "Nesse montante as comunicações devem representar em torno de R\$ 1,5 bilhão", afirma o executivo.

A demanda por velocidade e capacidade das redes deve apressar a evolução da tecnologia da terceira para a quarta geração de telefonia celular. "Em 2014 os turistas vão desembarcar no Brasil com terminais 4G e nossas redes terão que suportar essa nova tecnologia", prevê Aluizio Byrro, presidente da Nokia Siemens. Para ele, o país está atrasado, por exemplo, na destinação de faixas de frequência que permitirão expandir a capacidade da banda larga móvel. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não informa quando serão os próximos leilões ou a regulamentação para as operadoras móveis virtuais (MVNOs) que podem reforçar a infraestrutura de telefonia móvel.

O presidente da Telefônica, Antonio Carlos Valente, acredita que os investimentos que o setor já faz todos os anos serão suficientes para suprir a demanda da Copa. "Diferentemente de outras áreas de infraestrutura onde existem questões mais sérias, não vejo nenhuma preocupação maior para as telecomunicações", afirma o executivo. Ele destaca alguns pontos que deverão receber maior atenção, como espaço para entrevistas coletivas, centros de imprensa e a questão do roaming (conectividade de telefonia móvel quando o usuário está viajando) e o fortalecimento das redes de dados para suportar a demanda entre os meses de junho e julho.

"Cidades como Rio, São Paulo e Brasília já estão bem cobertas no quesito banda larga e comunicações com e sem fio", afirma o presidente da Alcatel-Lucent, Jonio Foigel.

Yamamuro, da NEC, diz que os pedidos do setor público em toda a América Latina à sua empresa hoje equivalem a US\$ 30 milhões, valor que deverá subir para US\$ 200 milhões até 2012, a maior parte no Brasil.

A necessidade de alta velocidade na banda larga deve elevar a demanda por cabos ópticos. O presidente da Furukawa, Foad Shaukhzadeh, estima um salto nas encomendas que já estão aquecidas por conta da infraestrutura de telefonia celular 3G. Os novos estádios vão demandar monitoramento de segurança, redes de alta velocidade para transporte de imagem, além de sistemas de controle do tráfego nas cidades. "As redes de fibras ópticas são os pilares da infraestrutura da TV de alta definição, que estará mais massificada em 2014", diz Shaukhzadeh. O executivo reforça, no entanto, que as encomendas efetivas para essa demanda só devem ocorrer em 12 meses.

[<volta>](#)

Saneamento valoriza imóvel em até 18%, indica estudo

O acesso à rede de esgoto pode valorizar o preço de um imóvel em até 18%, segundo a pesquisa "Benefícios econômicos da expansão do saneamento básico", divulgada ontem pelo Instituto Trata Brasil e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O efeito é considerado positivo pelos pesquisadores, pois como o déficit de saneamento está mais presente em locais de baixa renda, cresceria o aumento do valor dos imóveis de famílias que normalmente têm a moradia como único bem.

A pesquisa mostra que a valorização imobiliária geraria uma riqueza 49% maior do que os investimentos necessários para a universalização do saneamento no país. A estimativa do estudo é que para levar o serviço de esgoto a todas as residências seria preciso investir R\$ 49,8 bilhões. A valorização dos imóveis, por sua vez, alcançaria R\$ 74 bilhões, compensando os investimentos.

Para chegar a esse percentual de valorização do imóvel, a pesquisa considerou o valor médio das residências em uma cidade de 100 mil habitantes com características de um município de porte médio no Brasil. Sem coleta de esgoto, o preço médio das casas, no ano de 2009, seria de R\$ 35,5 mil. Com total acesso à rede, o preço médio chega a R\$ 42 mil.

O percentual de 18% de valorização do imóvel, porém, é referente a locais de acesso precário ao serviço. Na média nacional, a estimativa é de que a universalização do esgoto valorizará em 3,3% o preço das casas.

Dessa forma, por exemplo, no Estado de Rondônia, onde o déficit de ligações de esgoto é de 1,37 milhão, a valorização imobiliária deve ser de 15,4% (ou R\$ 5 mil), enquanto no Distrito Federal, com um déficit de 0,32 milhão de ligações, o aumento dos imóveis deve ser de 0,5% (ou R\$ 342).

A pesquisa calculou também os ganhos que a valorização imobiliária traria para os cofres públicos, por meio principalmente do aumento da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI). No longo prazo seriam arrecadados R\$ 385 milhões a mais ao ano em IPTU e R\$ 80 milhões por ano em ITBI.

Os investimentos em saneamento também têm impacto na produtividade dos trabalhadores, segundo o estudo. O levantamento da FGV mostra que em um ano as empresas gastaram R\$ 547 milhões em horas não-trabalhadas de funcionários afastados por infecções gastrointestinais, em função da falta de saneamento.

Da mesma forma, as internações custam ao setor público. Os governos poderiam economizar R\$ 745 milhões ao ano com a universalização do saneamento, considerando uma queda do número de internações por infecções gastrointestinais dos 462 mil casos atuais para 343 mil, diz a pesquisa.

Apesar do aumento dos investimentos em água e esgoto no país de 2003 a 2008 - R\$ 2 bilhões para R\$ 4,8 bilhões -, o acesso ainda deixa a desejar. O levantamento revelou que 57% da população brasileira ainda não têm acesso a esgoto tratado e 19% não contam com o abastecimento de água.

[<volta>](#)

O Valor Econômico

21 de julho

Odebrecht acelera projeto de R\$ 2 bi em Pernambuco para atender procura

A Odebrecht Realizações Imobiliárias antecipou em um ano a entrega da segunda fase do projeto Reserva do Paiva, um bairro planejado no município do Cabo de Santo Agostinho (PE), orçado em R\$ 2 bilhões. De acordo com a empresa, a antecipação se deve à velocidade com que as vendas do empreendimento estão sendo fechadas, reflexo do aquecido mercado da construção civil do Nordeste, o que mais cresce no país.

Segundo o diretor de Incorporação Imobiliária da Odebrecht, Luis Henrique Valverde, já foram comercializados 62% dos apartamentos do Condomínio Vila dos Corais, nome dado à segunda fase do projeto, orçada em R\$ 150 milhões. O preço dos 132 apartamentos da Vila dos Corais, todos de frente para o mar, varia de R\$ 1,45 milhão a R\$ 3,5 milhões, gerando um Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 230 milhões.

Na primeira fase, quando foram vendidas 66 casas, o investimento da empreiteira chegou aos R\$ 130 milhões. O VGV gerado foi de R\$ 165 milhões.

Valverde explicou que a velocidade das vendas do empreendimento levou a Odebrecht a antecipar para outubro o início das obras da segunda fase, até então marcado somente para agosto do próximo ano. Com isso, a entrega dos apartamentos, que ocorreria em dezembro de 2013, foi adiantada para o fim de 2012.

A antecipação permitirá o lançamento, em março, da terceira etapa do projeto, que consiste na instalação de dois hotéis voltados ao público corporativo. A Odebrecht diz estar em negociações avançadas com dois grupos estrangeiros, que não foram revelados, para assumir os hotéis. O anúncio deve ser feito em novembro, segundo informou o diretor.

O grupo pretende oferecer a rede hoteleira da Reserva do Paiva para abrigar alguma das seleções que jogarão a Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

O projeto é uma sociedade entre a Odebrecht e o grupo pernambucano Brennand, que é dono do terreno de 1 mil hectares onde está sendo erguido o empreendimento. O investimento total, estimado em R\$ 2 bilhões, será todo bancado pela Odebrecht, que remunera o parceiro com uma fatia entre 15% e 30% da receita de vendas.

A expectativa é de que, ao final do projeto, a Reserva do Paiva conte com cerca de 5 mil unidades imobiliárias, o que inclui casas, apartamentos, quartos de hotel e estabelecimentos comerciais. A população fixa estimada para o local gira em torno de 22 mil pessoas. Se incluídos os veranistas, o número salta para 40 mil pessoas no local.

Assim como acontece em todo o setor da construção civil, a oferta insuficiente de mão de obra qualificada e de material tem preocupado a Odebrecht. Segundo Valverde, a empresa já avalia a utilização de peças pré-fabricadas na construção do bairro.

[<volta>](#)

Correio Braziliense

21 de julho

Logística

Brasil aumenta importações. Cresceram exportações. Há diferença entre os dois. O resultado é que tumultuou o trabalho. A soja sai da fazenda com preço mais baixo do que na Europa. Caminhões vêm carregados. Esperam dias; às vezes, semanas. Paciência, mas a parada nos portos obriga a impostos. O porto de Santos, com o maior movimento do país, está travancado. Embarques e chegadas de mercadorias desfazem o sistema. Falta logística para que tudo funcione a contento. Todos os portos estão em dificuldades. Até o de Santos, que era exceção à regra. A sobrecarga emperra os trabalhos. Tudo fica difícil. Taxas altas. Quando a soja chega à Europa, está mais cara do que a que lá é produzida. É nessa hora que os preços se diferenciam e a venda no exterior encontra dificuldade, pelo preço oferecido. Não há coordenação para que tudo siga ritmo em que todos ganhem.

A frase que foi pronunciada

“O Lula mente e o polvo diz a verdade.”

Brincadeira na internet que deixou o presidente Lula chateado.

Governo que pague

» Imposto Sindical é descontado dos trabalhadores, da Força Sindical, da CUT, da CGTB, da CTB e da Nova Central. O custo da reunião realizada no Pacaembu, em São Paulo, na homenagem ao presidente Lula da Silva, foi de R\$ 800 mil, com a presença de mil pessoas.

Água

» Tonéis de água são distribuídos na área seca do Ceará. O dinheiro vem do governo federal e a burocracia atrasa os pagamentos. Não há funcionários com responsabilidade de promover a distribuição, e que tenham espírito público para entender a necessidade dos pobres.

Pré-sal

» O Brasil não tem pessoal nem equipamento para exploração do petróleo no pré-sal. Prospecção conseguiu reunir alguns litros do petróleo que se criou em milhões de anos vividos. A alegria do presidente Lula da Silva fez com que ele molhasse as mãos de óleo e imprimisse sua marca nas roupas dos companheiros que o acompanharam na missão.

Furacão Katrina

» Natureza não aceita contestação dos inimigos. Desde anos atrás, os Estados Unidos vêm gastando rios de dinheiro. Conseguiram quase o impossível. Canalizaram o Rio Mississippi, construíram canal, colocaram diques de concreto protegendo a água. Extinguiram o pântano e criaram cidade sem manguezais. A água acabou com o investimento.

Chapéu alheio

» Trem-bala é fantasia como sonho numa noite de verão. Após as eleições, a verdade vai se sobrepor. O Brasil não tem tecnologia nem dinheiro para obra de tamanho vulto.

Importante

» Quando ele se posta em frente ao microfone do plenário, os colegas já sabem que vai demorar um pouquinho. Foi assim quando o senador Eduardo Suplicy tentou, pelo Regimento Interno, aumentar o tempo do discurso para comentar o XIII Congresso Internacional da Bien, Basic Income Earth Network, a Rede Mundial da Renda Básica. O senador Mozarildo tentou, mas acabou abrindo mão das regras.

Renda

» Ainda sobre o assunto, o senador Suplicy continua a torcida pela implantação do Renda Básica. Sonha com 192 milhões de brasileiros agraciados com um aumento na renda familiar. Cita Dilma Rousseff e Serra como conhecedores da Lei 10.835, de 2004, que dá ao cidadão o direito de participar da riqueza da nação, recebendo, como num projeto Bolsa Família ampliado.

De olho

» Recurso valioso para quem quer votar com consciência. O portal Congresso em Foco dá mais que o retrato dos candidatos. Dá o raio X. Inclusive a quantia não declarada, entendida como o dinheiro debaixo do colchão. Vale se atualizar.

Perigo

» Jovens brasileiros continuarão a ser dizimados se o país não tiver ajuda para evitar a entrada de cocaína. O vício pelo crack não tem volta. Leva à morte. Há uma complacência entre o governo de Evo Morales e o presidente Lula. A afirmação é do candidato Serra. Até agora, ninguém provou o contrário.

História de Brasília

Determinada pelo presidente Jânio Quadros a extraterritorialidade das embaixadas em Brasília. Só assim os países iniciarão a construção. Como em tudo no mundo, quem não dorme são os americanos: dentro de poucos dias inaugurarão o edifício definitivo de sua embaixada. (Publicado em 11/3/1961).

Diário do Comércio

21 de julho

Siderúrgicas iniciam uma nova rodada de reajustes

Usiminas sobe preço entre 3,5% e 6%.

As siderúrgicas brasileiras iniciaram nova rodada de aumento no preço do aço plano, apesar do risco de aumento das importações. A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas), por exemplo, anunciou ontem que irá reajustar o produto entre 3,5% e 6% a partir de 1º de agosto.

Para o mercado, os demais grupos - Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e ArcelorMittal Brasil S/A - deverão promover reajustes nas próximas semanas. Apesar disso, o possível novo incremento nas compras externas não deverá dar espaço para correções significativas no restante de 2010.

O segundo aumento neste ano por parte da Usiminas seria motivado pela alta verificada no preço das matérias-primas utilizadas pela companhia. Conforme a empresa, por meio de nota, a medida tem como objetivo compensar parcialmente o novo aumento de seus custos decorrente do reajuste no preço dos principais insumos.

No dia 1º deste mês, o minério de ferro foi reajustado em cerca de 35%, enquanto o carvão metalúrgico sofreu um aumento em torno de 75%, de acordo com informações do grupo siderúrgico.

Na nota, a companhia reiterou que as negociações com todos os segmentos consumidores de aço da empresa levam em conta as especificidades de cada cliente. Conforme fontes do mercado, a primeira rodada de reajuste realizado pela Usiminas ocorreu em abril. A alta nos preços ficou entre 10% e 15%.

De acordo com o consultor Otto Andrade, este não deverá ser o único aumento deste ano. Para ele, os demais grupos siderúrgicos também realizarão reajustes no preço do aço.

Além disso, segundo Andrade, em novembro as usinas brasileiras deverão elevar novamente os preços. "A expectativa do mercado é alcançar alta entre 11% e 12% até o final deste ano", afirmou.

Já o analista-chefe da SLW Consultora, Pedro Galdi, lembrou que as siderúrgicas estavam se programando para realizar reajustes entre 10% e 15% no primeiro semestre, o que acabou não ocorrendo em virtude da concorrência acirrada com produtos importados no mercado interno.

Conforme o analista, rumores do mercado apontam que a CSN deverá reajustar o aço

em 4% no terceiro trimestre e deverá realizar outro aumento de 4% em outubro próximo.

Na opinião do especialista, as siderúrgicas não deverão ter muito espaço para reajustes, em virtude dos indicadores do mercado internacional. "Os preços do aço estão em queda", afirmou. Este fator, aliado ao câmbio valorizado e à diferença de 40% em relação aos preços internacionais, poderá resultar em aumento significativo das importações.

Nos primeiros cinco meses de 2010 foi verificado no país incremento de 149,1% na compra de aço no mercado externo. Entre janeiro e maio foram desembarcados 2,312 milhões de toneladas, contra 928 mil toneladas no mesmo intervalo do exercício passado, conforme os últimos dados divulgados pelo Instituto Aço Brasil (IABr).

De janeiro a maio, as importações de aços planos também mantiveram a trajetória ascendente. No período, os desembarques somaram 1,572 milhão de toneladas, frente a 593 mil toneladas em idêntico intervalo de 2009, o que significa alta de 165,1%.

O risco de o aumento no preço do aço pressionar a inflação levou o governo federal a ameaçar reduzir as alíquotas de importação. Em reunião com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e seu colega da Fazenda, Guido Mantega, representantes do setor siderúrgico conseguiram evitar que a medida entrasse na pauta da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

[<volta>](#)

Diário do Comércio

21 de julho

Fornecedores buscam espaço em Belo Monte

Brasília - A fabricante argentina de turbinas Impsa lidera a disputa para o fornecimento das máquinas que vão gerar energia na usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), segundo uma fonte que acompanha o processo de instalação da usina. De acordo com esse interlocutor, o preço dos argentinos seria muito inferior ao dos demais concorrentes e a empresa contaria ainda com a facilidade de ter uma fábrica em Pernambuco, o que daria a ela vantagens logísticas em relação a outros fabricantes.

Essa mesma fonte, porém, avalia que a Impsa não teria condições de fornecer todas as turbinas e poderia, portanto, ter outra empresa como sócia.

Na semana passada, o presidente do consórcio Norte Energia, José Ailton, admitiu que estava negociando com a Impsa, com fornecedores russos e japoneses e ainda com o chamado consórcio europeu, formado por empresas que possuem fábrica no Brasil, como a Alstom, a Voith Siemens e Andritz.

Sobre a contratação da construtora que vai tocar a obra, haveria, segundo essa mesma fonte, uma certa preferência pela Andrade Gutierrez, mas as construtoras que estão dentro do consórcio, principalmente a OAS, devem também executar partes do projeto.

Na semana passada José Ailton disse que há pelo menos quatro grupos de empreiteiras negociando com o consórcio. A Andrade Gutierrez estaria na disputa individualmente e concorrendo com um consórcio formado por Odebrecht e Camargo Corrêa, outro formado por Queiroz Galvão e OAS e ainda outro grupo integrado pelas demais construtoras e empresas de engenharia sócias da usina, como Galvão Engenharia, Mendes Júnior, Contern Construções, Serveng, J.Malucelli e a Cetenco Engenharia.

[<volta>](#)

Diário do Comércio

21 de julho

Criação de parque pode inviabilizar projeto da Vale

Mina estaria localizada em área de conservação.

O projeto Apolo da Vale S/A, complexo minerador orçado em R\$ 4 bilhões e produção estimada em 24 milhões de toneladas/ano nos municípios de Caeté e Santa Bárbara (ambos na região Central), pode ser inviabilizado devido à criação de uma unidade de conservação na região conhecida como Serra do Gandarela.

O Parque Nacional da Serra do Gandarela já está em estudo pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). De acordo com a ambientalista do Movimento de Preservação do Gandarela, responsável pelo projeto de criação da unidade de conservação, Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, em setembro do ano passado a organização enviou a proposta de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela ao instituto federal. "Reunimos trabalhos científicos que demonstram a necessidade de preservar a área", disse.

Conforme ela, o documento, que justifica a criação do parque nacional, está sendo finalizado com o apoio do ICMBio. "Após esta etapa deverão ser realizadas audiências públicas para discutir o projeto", disse. O Parque Nacional da Serra do Gandarela deverá ocupar uma área de 27 mil hectares. Do total, 900 hectares estão dentro do terreno pretendido pela Vale para a instalação da mina.

De acordo com Maria Teresa, a instalação do projeto Apolo é completamente prejudicial à região. Segundo ela, a criação do parque é uma alternativa para a geração de renda para os municípios da região. "Poderá gerar negócios na área de turismo em virtude da visitação", disse.

A ambientalista ainda ressaltou que a mina da Vale terá prazo para encerrar as operações, enquanto o parque nacional continuará a gerar emprego e renda em um

prazo indeterminado.

O instituto confirmou por meio da assessoria de imprensa que integrantes do ICMbio estão apoiando o movimento de preservação na criação do projeto do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Apesar disso, o processo dependerá de consultas públicas que deverão ser realizadas após a finalização da proposta.

Extinção - O coordenador do projeto Manuelzão, Marcos Vinícius Poliano, que também está acompanhando o assunto, afirmou que é necessária a preservação da região em virtude da Serra da Gandarela abrigar diversas espécies que correm o risco de extinção.

Além disso, a área é considerada especial, conforme o coordenador, por ser uma transição entre Mata Atlântica, Cerrado e Campos de Altitude. Além disso, conforme ele, os recursos hídricos na região são de grande importância, até mesmo para a capital mineira. As reservas na serra podem abastecer Belo Horizonte por 30 anos, conforme o coordenador.

A Vale foi procurada, mas a assessoria da mineradora em Belo Horizonte preferiu não comentar o assunto, por ainda ser um projeto. O início das operações está prevista para 2014. Como parte do Projeto Apolo serão instalados também uma usina de beneficiamento, oficinas, pilhas de estéril, pátio de produtos, escritórios e outras instalações. Também será viabilizado um novo ramal ferroviário, com cerca de 20 quilômetros de extensão para transportar minério.

A implantação deverá criar 4,1 mil empregos. Durante a operação a previsão é criar 1,4 mil vagas. O projeto é parte do plano de inversões da Vale da ordem de R\$ 9,5 bilhões em Minas Gerais.

O projeto Apolo está em fase de obtenção de Licença Prévia (LP). Já foram realizadas seis audiências públicas para discutir o empreendimento na região Central.

A solicitação permanece em análise pela Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Supram) Central Metropolitana. A votação sobre a concessão da licença será feita pela Unidade Regional do Copam rio das Velhas e ainda não tem data definida.

[<volta>](#)

DCI
21 de julho

Volume transportado pela ALL cresce 4,5%

A empresa América Latina Logística (ALL) fechou os resultados prévios do primeiro semestre deste ano, com um crescimento de 10% do lucro antes de juros, impostos,

depreciação e amortização (Ebitda), para R\$ 424,6 milhões, ante R\$ 365,9 milhões obtidos no mesmo período de 2009 no Brasil.

Em relação ao volume transportado, a empresa mostrou um crescimento de 4,5% sobre o primeiro semestre de 2009. Para a ALL esse resultado poderia ter sido maior, não fosse a fraca comercialização de commodities agrícolas no período. No entanto, ela ressaltou que a perspectiva para o segundo semestre é muito boa, dada a previsão de que grande parte da safra de 2010 deve ser exportada neste período e os volumes devem ser beneficiados por uma base de comparação mais fraca.

[<volta>](#)

Diário Catarinense

21 de julho

Obra recomeça em agosto

Depois de quase um ano e meio sem qualquer movimentação, o terreno da General Motors do Brasil no km 47 da BR-101, em Joinville, no Norte do Estado, deve, finalmente, voltar a ser um canteiro de obras.

Ontem à tarde, o diretor de Assuntos Institucionais da montadora, Luiz Moan, anunciou que a retomada dos trabalhos de terraplanagem vai ocorrer na primeira semana de agosto. A fábrica de cabeçotes e motores começa a produzir em 2012.

Segundo Moan, a unidade de Joinville deverá faturar R\$ 300 milhões por ano, receberá investimentos da ordem de R\$ 350 milhões e gerará 500 novos postos de trabalho.

– Acredito que não teremos mais problemas em relação às questões ambientais. Estamos finalizando o projeto da unidade e prevemos a construção de um acesso através de uma marginal, que será negociada com o Dnit e a Autopista, concessionária da rodovia – afirmou Moan.

Prefeitura promete agilizar o processo - O anúncio foi acompanhado pelo prefeito de Joinville, Carlito Merss, que, antes do encontro com a imprensa, participou de uma reunião com executivos da montadora.

– Conversamos sobre o tratamento de efluentes e garantimos todo o apoio para que as obras aconteçam o mais rápido possível. Estamos agendando um encontro entre vários órgãos da prefeitura para agilizar os processos – afirmou Merss.

[<volta>](#)

Folha de S. Paulo

21 de julho

Produção mundial de aço cresce 18% em junho e 28% no 1º semestre

A produção mundial de aço cresceu 18% em junho ante o mesmo mês de 2009, para 119 milhões de toneladas. As informações foram divulgadas nesta terça-feira pela World Steel Association.

Nos primeiros seis meses do ano, a produção foi de 706 milhões de toneladas, 27,9% acima do registrado no mesmo período do ano passado. Todas as regiões mostraram aumento no volume produzido no primeiro semestre.

Apesar do aumento de 7,2% no volume do primeiro semestre, na comparação com o mesmo período de 2007 --antes do início da crise econômica global--, a maior parte do mundo ainda não voltou aos níveis pré-crise. Apenas a Ásia e o Oriente Médio mostraram aumento na produção de aço nesta base de comparação, apontam os dados.

O volume produzido na União Europeia, Estados Unidos, e Canadá ainda está mais de 15% abaixo dos níveis registrados em 2007.

No Brasil, de acordo com a WSA, a produção de aço foi de 2,9 milhões de toneladas, 46,8% acima do registrado em junho de 2009.

[<volta>](#)

Porto Gente

21 de julho

Entidade pede que Ministério Público do Estado verifique processo de licenciamento da OSX

O Conselho Comunitário Pontal do Jurerê (CCPontal) encaminhou, nesta terça-feira (20), ao Defensor Público Federal, Gabriel Faria Oliveira, à Procuradora da República Ana Lucia Hartmann e ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina requerimentos de providências sobre o licenciamento do estaleiro da OSX, em Biguaçu, na Grande Florianópolis. O documento menciona suspeita omissão no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) de partes do [laudo técnico](#) elaborado pela empresa Caruso Jr. em relação à preservação dos golfinhos e solicita a suspensão das [audiências públicas](#) da Fundação do Meio Ambiente do estado (Fatma).

* [Grande público participa de audiência da Fatma sobre estaleiro da OSX](#)

O conselho, na representação aos órgãos públicos, levanta também dúvidas sobre "o real impacto do empreendimento nas áreas vizinhas, seja na qualidade de vida de seus habitantes, seja no que diz respeito às atividades econômicas que dependem diretamente da [pesca de subsistência](#), do turismo, da balneabilidade das praias, das belezas naturais e da saúde dos moradores".

O documento pede que a Defensoria solicite à OSX a elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança que contemple todo o norte da Ilha de Florianópolis, e que determine a realização de estudo de impacto do estaleiro nas atividades econômicas e

sociais, bem como na saúde das comunidades da ilha que serão afetadas. Pede que o empreendedor realize uma perícia para mensurar economicamente o que será devido em caso de prejuízo apurado nos estudos, obrigando a OSX a responsabilizar-se em criar um fundo de compensação pecuniária em favor das comunidades do norte da Ilha de Florianópolis.

Outro pedido é que os órgãos ambientais e a OSX disponibilizem publicamente na Internet e para qualquer pessoa a documentação envolvendo o licenciamento ambiental das obras da OSX, e que o mercado seja informado sobre esse requerimento, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

[<volta>](#)

Jornal do Comércio

21 de julho

Indústria nacional terá prioridade em licitação

BRASÍLIA – O governo alterou a lei de licitações para dar preferência, nas compras federais, a produtos fabricados no País. Pela medida provisória publicada ontem, terão prioridade ainda serviços e bens feitos por empresas brasileiras – mesmo que não totalmente no País – e por companhias que invistam em pesquisa e tecnologia no Brasil.

A medida já havia sido anunciada em maio, quando a equipe econômica lançou um pacote de medidas para estimular a exportação e a indústria nacional, mas só agora a lei foi modificada.

Para entrar em vigor, porém, depende ainda de decreto presidencial que definirá a margem de preferência de cada produto ou serviço. O preço do bem nacional poderá ser até 25% maior do que o do concorrente importado, mas o percentual final será definido por setor. O decreto deve sair até dezembro.

Para chegar a esse percentual, a equipe econômica calculará o impacto da preferência sobre a cadeia produtiva e o aumento da arrecadação. A medida deverá beneficiar, principalmente, as indústrias farmacêutica, têxtil e calçadista, que, de acordo com o governo, já estão com os estudos econômicos adiantados. Em última análise, a mudança impactará um mercado que movimentava mais de R\$ 16 bilhões, volume comprado em 2009 em licitações que tinham como critério o menor preço.

O secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira, disse que o governo não tem estimativa da quantidade de produtos importados que são hoje comprados em licitações, mas ressalta que em alguns setores, como de material de escritório, praticamente todos os itens são feitos no exterior, principalmente na China.

[<volta>](#)

Jornal do Comércio-RS

21 de julho

Bird libera parcela de US\$ 450 mi ao Estado

O Rio Grande do Sul obteve ontem a liberação dos US\$ 450 milhões da segunda parcela do empréstimo do Banco Mundial (Bird) ao governo gaúcho. Em entrevista coletiva, os secretários da Fazenda, Ricardo Englert, e do Planejamento e Gestão, José Parode, que anunciaram a aprovação da operação pela diretoria do banco em Washington.

A governadora Yeda Crusius comemorou a conquista à tarde pelo Twitter, informando que recebeu um telefonema do diretor do Bird no Brasil, Makhtar Diop. "Completar este contrato de US\$ 1,1 bilhão não que dizer que tudo já foi feito", escreveu a governadora no microblog.

A segunda parcela será utilizada na amortização da dívida de R\$ 1,5 bilhão do governo do Estado junto ao Tesouro Nacional, relativa ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) do Bannrisul. A operação deverá reduzir cerca de R\$ 800 milhões desse montante, além de criar outras vantagens para o governo gaúcho.

"Estamos trocando uma dívida cara por outra mais barata", resumiu Parode. Hoje, o governo gaúcho paga uma taxa de juros de 6% ao ano com o Proes, enquanto com o empréstimo do Bird, ao menos a curto prazo, a taxa custará 0,4% ao ano.

Outro benefício é o maior prazo de pagamento, que passa de 18 para 30 anos, sem carência. Isso significa que, a cada pagamento de parcelas da dívida, o Estado também devolverá parte dos recursos ao Bird, sendo que, ao final de 2025, a dívida com o Banco Mundial deverá estar quitada.

Com a utilização da segunda parcela do empréstimo do Bird, o governo espera uma economia de R\$ 30 milhões no pagamento da dívida em 2010, e de outros R\$ 70 milhões em 2011. Somados aos R\$ 270 milhões de redução no desembolso obtidos até o final de 2009 com a liberação da primeira parcela de US\$ 650 milhões do Banco Mundial em setembro de 2008, a economia total chega a R\$ 370 milhões.

Novos contratos devem entrar em negociação

A aprovação da segunda parcela do empréstimo também abre oportunidades para outras negociações. Conforme a governadora Yeda Crusius afirmou no Twitter, as equipes do Bird e do Governo do Estado já começam a trabalhar na possibilidade de novos contratos, que devem beneficiar inovação e meio ambiente.

Segundo o secretário da Fazenda, Ricardo Englert, a data para o pedido oficial do governo do Estado para a liberação da segunda parcela do empréstimo pelo Banco Mundial deve ser definida nos próximos dias. "Isso dependerá das condições de mercado, pois como os recursos são em dólar, temos que tirar proveito das melhores taxas de câmbio", explicou Englert, que, no entanto, acredita que isso deverá ocorrer

até o início de agosto. Uma vez requisitados pelo Estado, os recursos devem chegar ao Brasil em até cinco dias.

O secretário do Planejamento, José Parode, afirmou que a autorização do Banco Mundial para liberar a segunda parcela do empréstimo mostra que governo gaúcho cumpriu as metas que haviam sido impostas para a realização da operação. "Demonstramos que foi possível reverter um quadro de insolvência do Estado", destacou.

No entanto, outra meta requisitada pelo Bird, a criação de uma previdência complementar para os novos servidores, não chegou a ser colocada em prática, pois o projeto de lei encaminhado pelo governo para a Assembleia Legislativa em 2007, que institui esse novo sistema, ainda não foi votado. Mesmo assim, segundo Englert, o Bird considerou que o esforço do governo foi válido, considerando o compromisso cumprido.

[<volta>](#)

Diário de Pernambuco

21 de julho

[Porto do Recife começa a mudar](#)

Urbanização da área de 1,3 quilômetro de extensão está orçada em R\$ 25 milhões. O armazém 7 do Porto do Recife, onde funcionará o terminal marítimo de passageiros, já está sendo recuperado. A expectativa é que a primeira etapa seja concluída em condições de receber a temporada de cruzeiros, que vai de outubro a abril. O terminal é apenas um dos fatores de transformação do porto. Ontem teve início o processo de licitação do projeto de urbanização da área portuária em um trecho de 1,3 quilômetro de extensão, entre a antiga Ponte Giratória e o Museu do Brum, orçado em R\$ 25 milhões. Com recursos do governo do estado, a ordem de serviço para a urbanização pode ser dada em até 30 dias se não houver recurso no resultado da licitação. A urbanização irá ocorrer paralela à reforma dos armazéns 11, 12, 13, 14 e 15, que vão ser disponibilizados para a iniciativa privada na oferta de lazer e serviços.

Armazém 7, onde vai funcionar o terminal marítimo de passageiros, já está em obras

Na requalificação dos armazéns, a proposta é que eles funcionem como escritórios no piso superior e restaurantes ou cafés, no térreo. Próximo ao terminal vão funcionar, nos armazéns 9 e 10, o Museu Luiz Gonzaga e uma central de artesanato. Na obra de adequação do armazém 7, também está incluído um acesso ao terminal pela Avenida Alfredo Lisboa. O receptivo provisório irá contar com os serviços da Receita Federal, Polícia Federal e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A segunda etapa do projeto, orçada em R\$ 17 milhões, vai ser licitada em agosto e estimativa é de ficar pronta até 2011.

A infraestrutura do futuro terminal vai contar com três pavimentos com elevadores,

escadas rolantes e lojas, além de um estacionamento para ônibus e carros particulares. O espaço prevê o embarque e desembarque de até 250 mil passageiros. Além do armazém 7, também foi disponibilizado o 8 como reserva técnica de ampliação do terminal com recursos do PAC da Copa de 2014. Com a conclusão da dragagem do Porto do Recife, o calado passou a contar com 9,5 metros de profundidade, suficiente para receber navios de grande porte. A temporada de cruzeiros 2009-2010 espera movimentar mais de 100 navios até o fim do mês de abril. Cada um deles com capacidade para 2.500 a 3.200 passageiros.

Integração - A melhoria do terminal vai trazer reflexos direto para a cidade, mas principalmente o Bairro do Recife. Junto com a urbanização e a recuperação dos armazéns, toda a área portuária irá se integrar ao bairro. "Esses projetos irão garantir mais renda ao porto, o mais importante, no entanto, é a possibilidade de devolver à cidade o Bairro do Recife revitalizado", ressaltou o diretor de operações e engenharia do porto, Hermes Delgado.

A integração urbana prevê, por exemplo, a remoção da grade que hoje separa a área portuária da Avenida Alfredo Lisboa. No lugar da grade, um calçadão para os pedestres. Para fazer a ligação do bairro com a área do porto, vão ser construídas passagens de nível, em vários trechos da via, que irão funcionar também como redutoras de velocidade da Alfredo Lisboa. O projeto de Revitalização de Áreas Portuárias (Rvap), irá incluir em uma outra etapa, ainda sem definição de prazo, a ocupação pela iniciativa privada do trecho entre a Ponte Giratória e as torres gêmeas. No local estão previstos projetos para a construção de hotéis e uma marina.

[<volta>](#)

Expresso - MT 21 de julho

[Presidente da Valec afirma que até o final do ano a Ferrovia pode já estar em Lucas do Rio Verde](#)

Foi realizada na noite de ontem (20) audiência Pública que discutiu a implantação da Ferrovia de Integração Centro Oeste.

A Audiência Pública teve por objetivo apresentar os estudos ambientais da Implantação da Ferrovia de Integração Centro Oeste (FICO) – EF-354. Foi um importante momento onde a população de Lucas do Rio Verde e região teve para esclarecer todas suas dúvidas a respeito do empreendimento.

A ferrovia de Integração Centro-Oeste é parte de um projeto estratégico internacional que tornará possível a ligação entre os oceanos Pacífico e Atlântico, buscando interligar Puerto Bayovar, no Peru, ao Porto de Ilhéus, na Bahia. Com a construção da ferrovia, ficará mais fácil o escoamento da produção, fazendo com que as mercadorias possam chegar a qualquer terminal portuário do país com mais agilidade e menores custos.

A necessidade de implantar a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, é devido a

melhoria no que se refere a logística de transportes, comentou o presidente da Valec, José Francisco das Neves, afirmando que a pretensão da Valec é fazer com que as obras cheguem o mais rápido possível em Lucas do Rio Verde. “Se tudo de certo como a Valec esta planejando e se Deus quiser, até o final do ano a gente pode estar com a ferrovia chegando já aqui em Lucas do Rio Verde. Estamos dando uma velocidade muito grande nesse projeto”, comentou Neves.

Os programas Ambientais foram concebidos com a finalidade de minimizar os impactos negativos e buscar a potencialização dos impactos positivos. “Nós nunca podemos abrir mão do impacto ambiental de uma obra dessa magnitude. Temos visto muitas obras em Mato Grosso que não usam o EIA/RIMA, que é o estudo de impacto ambiental como se isso fosse algum empecilho para o progresso e é ao contrario, o estudo é importante, pois ele mostra como devemos conduzir a obra depois não soframos com os impactos negativos” afirmou Ramiro Martins Costa, Superintendente do Ibama/MT.

“Quero acreditar que a Ferrovia do Centro Oeste está se tornando uma realidade e parece que o projeto está bem adiantado. Agora é questão de tempo e esperar o licenciamento ambiental para dar sequencia nesse projeto tão importante não só para Lucas do Rio Verde, mas também para o Mato Grosso todo”, afirmou confiante o prefeito de Lucas do Rio Verde, Marino Franz.

A audiência Pública aconteceu na câmara Municipal e reuniu prefeitos e lideranças também de cidades vizinhas.

[<volta>](#)

Jornal Agora-RS

21 de julho

[Parceria com o porto de Valência possibilita realização de curso inédito no Brasil](#)

O governo do Estado, por meio da Superintendência do Porto do Rio Grande (Suprg), apresentou ontem, palestra a empresários e funcionários da instituição, tratando a respeito do primeiro curso do Centro de Capacitação Marítimo-Portuário do Porto do Rio Grande. Denominado Master em Gestão Portuária e Transporte Intermodal, o programa, que está em sua terceira edição, é inédito no Brasil.

O curso, que possui status de mestrado, é ministrado pela Fundación Valenciaport, ligada ao Porto de Valência, na Espanha e é composto por seis módulos. Dentre eles destacam-se Gestão e Direção de Empresas, Gestão e Exploração Portuária, Transporte Marítimo, Transporte Terrestre: Rodoviário e Ferroviário, Comércio Exterior e Logística e Intermodalidade.

A atividade é destinada a diretores e gerentes de empresas públicas ou privadas para os setores portuários, transporte marítimo, terrestre, aéreo, logística ou comércio exterior, além de universitários, com graduação, que tenha a intenção de desenvolver carreira na área portuária. O Master terá início em setembro de 2010.

Diário de Cuiabá

21 de julho

[Infraero entrega novo terminal](#)

A Infraero entregou ontem em Várzea Grande o terminal de logística de cargas do Aeroporto Internacional Marechal Rondon. Com área de 5 mil metros quadrados e capacidade de armazenamento de mil metros quadrados, o terminal foi instalado no antigo espaço da Vaspex e vai atender a demanda das áreas de atendimento de cargas das empresas áreas que terão toda sua demanda transferida para o novo terminal.

O presidente da Infraero, Murilo Marques Barbosa, enfatizou que a entrega é uma das ações de modernização nos aeroportos brasileiros, em especial nos estados que vão receber a Copa de 2014. Segundo Murilo Barbosa, as obras do módulo operacional de passageiros do aeroporto Marechal Rondon já foram iniciadas e a previsão é que sejam entregues ainda neste ano.

A secretária de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso, Vanice Marques, destacou a importância dos investimentos em infraestrutura nos aeroportos, especialmente por Mato Grosso ter apresentado um crescimento substancial no número de passageiros nos últimos anos. “De 2008 até o ano passado foi registrado um aumento de 123% no fluxo de passageiros e os investimentos devem ampliar esses números. E nesse ano, a expectativa é que o fluxo continue em crescimento, e os turistas, os passageiros e empresas que utilizam o aeroporto possam contar com mais estrutura”, afirmou.

De acordo com a Infraero, estão previstos investimentos em obras no Aeroporto Marechal Rondon no valor de R\$ 87,5 milhões até a Copa do Mundo de 2014. Nesse valor estão incluídas as obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros, adequação do sistema viário e estacionamentos. Com as obras, a previsão da estatal é ampliar a capacidade operacional do aeroporto para até 2,3 milhões de passageiros ao ano.

O módulo operacional a ser instalado no aeroporto, com 675 metros quadrados, será utilizado para o desembarque de passageiros e ampliará a capacidade para 700 mil passageiros/ano. De acordo com a Infraero, o módulo é utilizado em vários aeroportos do mundo, como em Lisboa e Catar.

O terminal de cargas do Marechal Rondon operou no passado 34 toneladas e neste ano, até maio, já movimentou 46 toneladas de cargas.

Após a inauguração do novo terminal de cargas, o presidente da Infraero se reuniu com o governador Silval Barbosa. Murilo Barbosa apresentou ao chefe do Executivo estadual o quadro de investimentos no aeroporto de Várzea Grande e o cronograma das obras.

Webtranspo

21 de julho

Aeroporto de Londrina pode ser ampliado

Governo do Paraná recebeu proposta para obras

A Secretaria dos Transportes do Paraná estudará a proposta da prefeitura de Londrina para modernizar e adequar o aeroporto José Richa. O documento foi apresentado, terça-feira, 20, ao secretário Mario Stamm.

Representando o prefeito Homero Barbosa Neto, o presidente do Instituto de Desenvolvimento de Londrina, Kentaro Takamara, apresentou a proposta de desapropriação de áreas para ampliação da pista.

Segundo laudos da prefeitura, o recurso necessário para a desapropriação das três áreas com o total de 265 mil metros quadrados seria de aproximadamente R\$ 27,5 milhões.

A modernização do terminal prevê a ampliação da pista em mais 600 metros, instalação do Sistema de Pouso por Instrumento, Estação Meteorológica de Superfície Classe I, Sistema de Luzes de Aproximação e novo DVOR (equipamento de proteção ao voo).

O aeroporto José Richa é administrado pela Infraero e tem a segunda maior movimentação de aeronaves e passageiros no Paraná, depois de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba